

Tocantins recebe apoio de Ulysses

"Queremos o Estado do Tocantins, julgo justa a proposta". Assim manifestou-se ontem o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao receber as 72.958 assinaturas da emenda popular pedindo a criação do Estado do Tocantins integrado por 60 municípios goianos. Ulysses acrescentou que a criação do Estado do Tocantins é revestida de uma circunstância especial, pois foi o primeiro dos novos Estados da Federação a ser criado, cujo projeto foi vetado por Sarney ano passado, para que sua instituição fosse definida pela Constituinte.



Ulysses Guimarães

Chegam a 25 as emendas de iniciativa popular

A Assembléia Nacional Constituinte já recebeu 25 emendas populares, sendo que dez chegaram nos últimos dois dias. A emenda que colheu maior número de assinaturas, até o momento, — 303.538 signatários — é a que prevê a participação popular no Congresso Nacional, através de projetos de lei e emendas à futura Constituição. Todas essas propostas serão encaminhadas para a votação de plenário, já que a Comissão de Sistematização está verificando somente o cumprimento dos pré-requisitos regimentais — mais de trinta mil assinaturas, número do título de eleitor dos signatários e encaminhamento por mais de três entidades representativas da sociedade.

Também foi encaminhada ontem a emenda que dispõe sobre o monopólio estatal dos serviços de telecomunicações, apresentadas pela Federação Nacional de Jornalistas, Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações e Associação de Empregados da Embratel e outras cinco entidades — com um total de 111.192 assinaturas. Segundo a proposta, os serviços públicos de telecomunicação têm que ser monopólio estatal, sendo permitida a iniciativa privada desde que seja utilizada a rede pública. Cria também o Conselho de Comunicação,

Proposta inscreve mediunidade

O direito de exercício e prática da mediunidade com objetivo assistencial e espiritual poderá ser inscrito na futura Constituição, para que o tratamento e a cura de enfermidades psíquicas, espirituais e físicas sejam reconhecidos, desde que gratuitos. O primeiro passo nesse sentido foi dado ontem pela Comissão de Sistematização, que acolheu parecer favorável ao recebimento de emenda popular proposta por 144 entidades associativas e subscritas por 60.458 eleitores. A acolhida refere-se, por

Falta quorum e votação de plebiscito é adiada

Por falta de quorum, a Comissão de Sistematização transferiu para a sessão de hoje a apreciação do projeto de resolução do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, que dispõe sobre a realização de um plebiscito sobre sistema de Governo e mandato do presidente José Sarney.

Também ficou adiada a votação do parecer negativo do relator Bernardo Cabral sobre o projeto de resolução que disciplina a consulta plebiscitária prevista no regimento interno. Foi o próprio autor da proposta, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que propôs o adiamento, depois de uma negociação com o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna.

O líder do Governo discorda da consulta popular, mas quer an-

prazo de nomeação do governador visa uma melhor administração no seu período de implantação, conforme a justificativa da emenda.

Contudo, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, ao receber as assinaturas do comitê pró-Estado do Tocantins, disse que o único entrave para que seja concretizado o Estado, pode vir do plenário. "A ele caberá aprovar ou não o novo Estado da Federação". Bernardo Cabral lembrou que no início da Assembléia Nacional Constituinte, foi procurado pelo autor da proposta de criação do Tocantins — afinal mantida no texto da Comissão de Sistematização — deputado Siqueira Campos (PDC-GO), Cabral apenas recomendou a Siqueira Campos que, se quisesse ver aprovada sua emenda, teria que contar com a colaboração das Câmaras de Vereadores dos 60 municípios integrantes do Estado de Tocantins, Assembléia Legislativa e deputados da bancada federal goiana, para que se configurasse a vontade popular.

Dos municípios que integram o novo Estado de Tocantins, a cidade de Araguaina foi o que obteve maior número de assinaturas: 8.870. Em seguida, vem o município de Porto Nacional, com 6.954 assinaturas, Colinas de Goiás, com 4.652, Tocantinópolis com 3.297, Miracema do Norte com 3.160, Paraíso do Norte com 2.344, Guarai, com 2.337 e Araguatins com 2.258.



Ulysses Guimarães

Quêrcia confirma que adia reunião

São Paulo — O governador Orestes Quêrcia confirmou ontem as notícias sobre o adiamento da reunião dos governadores do PMDB, que seria realizada na próxima semana, no Rio de Janeiro. Esse adiamento, segundo ele, deve-se ao fato de não haver ainda um consenso entre eles, a respeito de propostas para uma reforma tributária.

Afirmando que o adiamento desse encontro foi decidido "em comum acordo" por ele e pelos governadores Newton Cardoso (MG) e Moreira Franco (RJ), Quêrcia explicou que todos entenderam ser melhor aguardar os resultados da reunião dos secretários da Fazenda, hoje e amanhã, e depois em Canela (RS).

Os organizadores do comício das diretas, que se realiza hoje à noite na cidade de Caruaru, a 130 quilômetros do Recife, encontraram a fórmula para não desagradar as três grandes "estrelas" da manifestação, o senador Mário Covas, o ex-governador Leonel Brizola e o presidente do PT, Luís Inácio da Silva, Lula: quem vai encerrar o comício é o prefeito da cidade, José Queiroz e com isso, nenhum dos três convidados poderá ser apontado como o mais importante da festa.

O presidente José Sarney está "muito satisfeito" com os entendimentos para formação do bloco suprapartidário na Assembléia Nacional Constituinte de apoio ao Governo Federal, segundo afirmou ontem o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), logo após ser recebido em audiência no Palácio do Planalto. O parlamentar disse ter ouvido do Presidente que, se os entendimentos forem mantidos, a Assembléia dará condições para o Governo superar também os problemas econômicos.

O líder do PT na Constituinte, deputado Luís Inácio Lula da Silva, solicitou ao presidente Ulysses Guimarães que adote providências para que os constituintes sejam informados sobre o andamento do decreto-lei que extinguiu o BNH e determinou a venda de sua sede nacional, situada no Rio de Janeiro.

Ele observou que o decreto-lei não foi ainda submetido à apreciação do Congresso e, apesar disso, já estão sendo tomadas providências para a venda do referido imóvel.

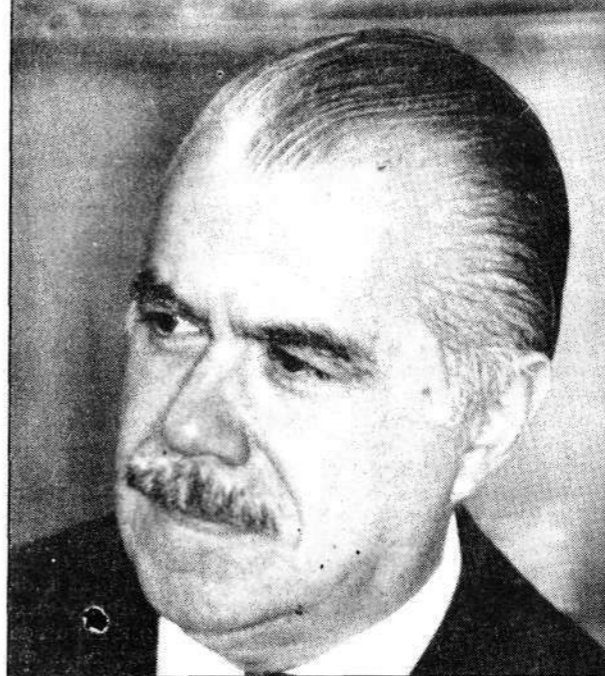
O governador Pedro Simon (PMDB) negou ontem que a articulação organizada em conjunto com os colegas de outros estados tenha como objetivo diminuir a influência do senador Mário Covas. Reafirmou sua condição de amigo do líder do PMDB na Constituinte, salientando que é radicalmente contra a transformação das reuniões periódicas dos governadores do PMDB em uma nova "política dos governadores".

O líder do PT na Constituinte, deputado Luís Inácio Lula da Silva, solicitou ao presidente Ulysses Guimarães que adote providências para que os constituintes sejam informados sobre o andamento do decreto-lei que extinguiu o BNH e determinou a venda de sua sede nacional, situada no Rio de Janeiro.

Ele observou que o decreto-lei não foi ainda submetido à apreciação do Congresso e, apesar disso, já estão sendo tomadas providências para a venda do referido imóvel.



O relator Cabral almoçou com Sarney e abordou os aspectos jurídicos da nova Constituição



O assessor palaciano disse desconhecer se na ocasião, o presidente Sarney fará algum anúncio: "Tenho informações de que há estudos, nas diferentes áreas econômicas, incluindo a questão da política salarial. Posso afirmar que o Presidente não antecipou sua posição para ninguém, nenhum ministro ou assessor da casa, por isso não sei como ele responderá a uma indagação sobre o assunto", acentuou Frota Neto.

Parlamentarismo frustra eleitor, afirma Sarney

O presidente José Sarney, ao almoçar ontem com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), considerou inoportuna a implantação do sistema parlamentarista como uma solução emergencial. "Adotar o parlamentarismo de uma hora para outra é muito difícil", confidenciou Sarney. Cabral concordou e aconselhou que o Presidente exerça o seu mandato dentro do sistema presidencialista até o final, e que ele próprio promova a transição para o parlamentarismo para o novo presidente da República.

Mesmo confessando que durante o almoço no Palácio da Alvorada com o presidente Sarney, foram abordados mais aspectos jurídicos da nova Carta, sem avanços no campo político, o relator revelou ao Presidente da República a sua intenção de criar dentro do substitutivo o ato das disposições adicionais. Este espaço cons-

tucional, conforme explicou Cabral, visa permitir a inclusão da legislação ordinária de matérias que poderiam ser polêmicas e que não caberiam no texto constitucional, como o aborto e a pena de morte. Sarney achou boa a proposta, segundo contou o relator, porque ele sofreu na pele — quando senador — o conhecimento de que o processo legislativo é bastante demorado.

Gracejo
Bastante descontentado, o presidente Sarney ainda fez um gracejo, ao frisar que tinha certeza que uma frase, de autoria do relator, seria concretizada: "De que do monstro engorçaria resultando uma moça bonita, enxuta, que seria uma Constituição nova, densa e concentrada". Cabral agradeceu a confiança do Presidente, e informou que está preparando o seu substitutivo, ouvindo todos os segmentos, inclusive aguardando com certa ansiedade os subsídios

dos grupos de trabalhos suprapartidários, como o liderado pelo senador José Richa e outro articulado pelos deputados Euclides Scalco e Antônio Brito. Ressaltou também a grande contribuição das emendas populares e dos constituintes para o enriquecimento do texto final.

O presidente Sarney, que não se posicionou contrário ao parlamentarismo, salientou que será um longo processo, pois a classe política terá um trabalho árduo de conscientização da população sobre o parlamentarismo puro. "Acho que a população brasileira não encararia com bons olhos se retirasse dela a oportunidade de votar no seu próprio presidente", comentou Sarney. Adiante o Presidente indagou ao relator quais os pontos, no atual estágio das negociações, considerados mais polêmicos. Cabral, sem receios, indicou a reforma agrária, a anistia e a estabilidade no emprego.

O adiamento da reunião de governadores do PMDB, que se realizaria no Rio de Janeiro, a pretexto de se estabelecer uma estratégia comum em favor da reforma tributária, foi ditado, basicamente, por motivos políticos.

No encontro, além do problema tributário, os governadores do PMDB fixariam a postura a adotar, em face das questões mais polêmicas da Constituinte, no plano político; o parlamentarismo ou o presidencialismo e o mandato de quatro ou cinco anos para o atual Presidente.

Em encontro que tiveram com o presidente José Sarney, dois constituintes do PMDB acharam o chefe do Governo bastante satisfeito com os rumos da Assembléia Nacional Constituinte, em torno daqueles dois assuntos. Um desses parlamentares, no en-

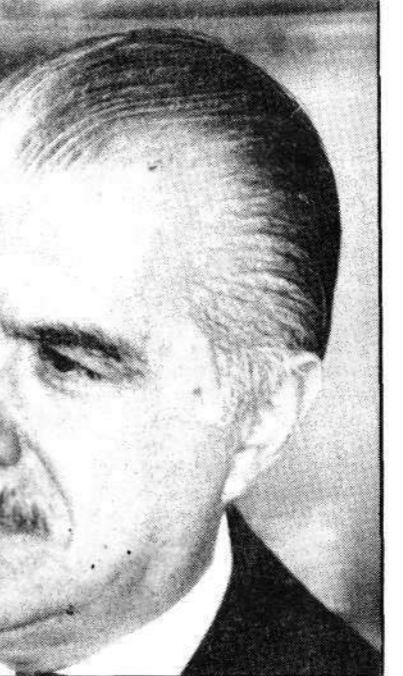
Obstáculo pode ser político

tanto, observou para Sarney que a situação poderia complicar-se, em função do previsível agravamento da crise econômica e do eventual insucesso do Plano Bresser. O Presidente deu a entender que a inflação, nos próximos meses, ficará estável, em torno de 5 a 6% ao mês, embora seus interlocutores garantissem que os economistas mais imparciais prevêem uma taxa inflacionária de 10% em outubro.

"Se isso acontecer, Presidente, é bom o senhor pensar em garantir os quatro anos de mandato e desistir dos cinco anos".

A observação ficou sem resposta. Por ser a impressão desses dois constituintes idênticas à dos governadores, estes últimos, conforme admitiu um parlamentar fluminense do PMDB, acharam por bem adiar a reunião que teriam no Rio.

Um desses parlamentares, no en-



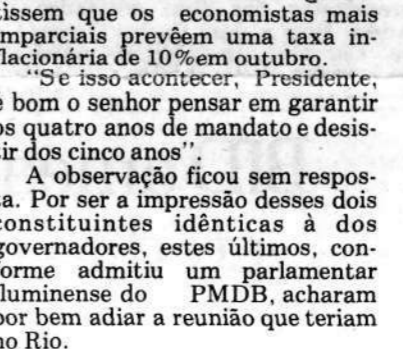
O assessor palaciano disse desconhecer se na ocasião, o presidente Sarney fará algum anúncio: "Tenho informações de que há estudos, nas diferentes áreas econômicas, incluindo a questão da política salarial. Posso afirmar que o Presidente não antecipou sua posição para ninguém, nenhum ministro ou assessor da casa, por isso não sei como ele responderá a uma indagação sobre o assunto", acentuou Frota Neto.

Presidente dá coletiva com temas livres

O presidente José Sarney dará entrevista coletiva, hoje às 11 horas, no prédio anexo ao Palácio do Planalto. Durante meia hora o Chefe do governo responderá a perguntas da imprensa credenciada: "Será tema livre e a previsão é de que sejam formuladas cerca de 15 perguntas", informou o porta-voz do Palácio do Planalto, Frota Neto.

O assessor palaciano disse desconhecer se na ocasião, o presidente Sarney fará algum anúncio: "Tenho informações de que há estudos, nas diferentes áreas econômicas, incluindo a questão da política salarial. Posso afirmar que o Presidente não antecipou sua posição para ninguém, nenhum ministro ou assessor da casa, por isso não sei como ele responderá a uma indagação sobre o assunto", acentuou Frota Neto.

Ontem pela manhã, a Secretaria de Imprensa da Presidência da República preparava o auditório onde será concedida a entrevista. Será nos mesmos moldes da anterior, concedida dia 17 de junho passado. Se houver alguma mudança — ainda por ser definida — será no cenário de fundo. O branco poderá dar lugar a uma grande bandeira nacional.



Lyra vê força do movimento

Planalto age contra ato, afirma Lyra

Recife — O deputado e ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, (PMDB-PE) acusou ontem o presidente José Sarney de tentar esvaziar o "feito político" do comício pelas diretas que será realizado hoje à noite em Caruaru (a 130 quilômetros capital), ao marcar para a mesma data uma entrevista coletiva aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto.

"Isso prova a força do nosso movimento" — disse Lyra, para quem, apesar da coletiva de Sarney, o comício das diretas "será o acontecimento político mais importante dos últimos tempos depois da convenção do PMDB, que frustrou aqueles que imaginaram que o partido iria se reunir para decidir alguma coisa". Para o ex-ministro da Justiça, o mais importante nessa campanha é que ela está conseguindo reunir um mesmo planaque todas as forças políticas comprometidas com as mudanças, e que não se reuniam há muito tempo. Daí, segundo ele, a presença de vários líderes de expressão nacional, tais como os senadores Mário Covas e Afonso Camargo, o ex-governador Leonel Brizola e o deputado e presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva.

"Toda essa mobilização", explicou ele, "é para mostrar ao povo brasileiro que nós somos diferentes daqueles que pregaram eleições diretas, como Ulysses Guimarães, e que hoje se aboletam no poder achando que aquilo é fazer política. Estão inscritos 40 oradores de vários partidos, entre os quais Leonel Brizola, Lula, seis senadores, 15 deputados federais, o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, o escritor Fernando Gabeira, a atriz Lucélia Santos e o prefeito da cidade, José Queiroz, do PMDB.

Brizola não tem nomes à Presidência
Recife — Ao defender a substituição urgente do Presidente Sarney através de eleições diretas, o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola afirmou, ontem, que é chegada a hora de o povo brasileiro "questionar as elites incompetentes que estão no poder e acabar de vez com a cumplicidade que impera no País, que protege um conjunto de forças que se mantém governando apenas pelos seus interesses, pelos seus empregos, por sua conveniência".

Ao ser questionado sobre o nome ideal para substituir o presidente Sarney ele admitiu que se considerava preparado para o cargo: "Do ponto de vista pessoal, me acho capacitado a ser presidente e estou pronto para entrar no concurso pois ninguém como eu fez vestibular para esse cargo, desde que voltei do exílio". Mas considerou cedo para definir a sua ou outra candidatura qualquer, lembrando que o mais importante, agora, é conseguir fixar a data das eleições diretas.

Depois de dizer que para ele o sentido dessa campanha tem o mesmo da anterior, Brizola afirmou que depois da morte de Tancredo e do Governo que vem sendo feito por José Sarney, "o povo perdeu a esperança porque o presidente está apegado ao cargo, o que desgosta o povo brasileiro".

Último a falar

Os organizadores do comício das diretas, que se realiza hoje à noite na cidade de Caruaru, a 130 quilômetros do Recife, encontraram a fórmula para não desagradar as três grandes "estrelas" da manifestação, o senador Mário Covas, o ex-governador Leonel Brizola e o presidente do PT, Luís Inácio da Silva, Lula: quem vai encerrar o comício é o prefeito da cidade, José Queiroz e com isso, nenhum dos três convidados poderá ser apontado como o mais importante da festa.

Bloco agrada

O presidente José Sarney está "muito satisfeito" com os entendimentos para formação do bloco suprapartidário na Assembléia Nacional Constituinte de apoio ao Governo Federal, segundo afirmou ontem o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), logo após ser recebido em audiência no Palácio do Planalto. O parlamentar disse ter ouvido do Presidente que, se os entendimentos forem mantidos, a Assembléia dará condições para o Governo superar também os problemas econômicos.

Lula e o BNH

O líder do PT na Constituinte, deputado Luís Inácio Lula da Silva, solicitou ao presidente Ulysses Guimarães que adote providências para que os constituintes sejam informados sobre o andamento do decreto-lei que extinguiu o BNH e determinou a venda de sua sede nacional, situada no Rio de Janeiro.

Ele observou que o decreto-lei não foi ainda submetido à apreciação do Congresso e, apesar disso, já estão sendo tomadas providências para a venda do referido imóvel.

Sem articulação

O governador Pedro Simon (PMDB) negou ontem que a articulação organizada em conjunto com os colegas de outros estados tenha como objetivo diminuir a influência do senador Mário Covas. Reafirmou sua condição de amigo do líder do PMDB na Constituinte, salientando que é radicalmente contra a transformação das reuniões periódicas dos governadores do PMDB em uma nova "política dos governadores".

Covas prevê definição da Carta por acordos

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, previu: ontem, que 90% dos temas da futura Constituição serão resolvidos pela negociação entre os grupos e partidos na Assembléia Constituinte. Covas fez esta avaliação após participar da reunião entre progressistas e moderados visando um acordo em relação aos pontos negociáveis do esboço de substitutivo ao projeto do relator Bernardo Cabral.

Segundo o senador Mário Covas, nenhum parlamentar vai abrir mão dos pontos considerados de convicção ideológica. Nestes casos, ele antecipa que haverá disputa pelo voto em plenário para decidir as questões. Estão relacionados nesta lista temas como a Reforma Agrária, concessão de canais de rádio e TV, verbas oficiais para a educação, e capital estrangeiro, entre outros itens. Já quanto à proposta como Direitos e Garantias do Homem, o líder acha que existe apenas problema de redação do texto.

Richa acredita em nova Carta enxuta

O senador José Richa (PMDB-PR) previu que "a nova Constituição será muito sintética e enxuta, em condições de ter durabilidade, devendo ficar em torno de 200 artigos e, depois, as leis complementares e ordinárias irão dar o complemento que qualquer Constituição precisa para poder dar ao País a configuração de um grande pacto social".

Membro de um dos grupos que tem se dedicado ao enxugamento do texto, o senador explicou que "pelo regimento, o relator Bernardo Cabral não teve oportunidade, na Comissão de Sistematização, de fazer muitas modificações. Ele só pôde adequar os oito trabalhos das comissões temáticas, e, com isto, produziu-se um texto cheio de conflitos e contradições, além de bastante extenso". Richa destacou que, "agora, nesta fase, como todos podiam apresentar emendas, o deputado Bernardo Cabral iria preparar um substitutivo com base nessas emendas, mas isto era uma tarefa que não poderia ser realizada por uma pessoa só, como todos podiam sentir, então nossa intenção foi ajudar, com este grupo de trabalho".

Presidente dá coletiva com temas livres

O presidente José Sarney dará entrevista coletiva, hoje às 11 horas, no prédio anexo ao Palácio do Planalto. Durante meia hora o Chefe do governo responderá a perguntas da imprensa credenciada: "Será tema livre e a previsão é de que sejam formuladas cerca de 15 perguntas", informou o porta-voz do Palácio do Planalto, Frota Neto.

O assessor palaciano disse desconhecer se na ocasião, o presidente Sarney fará algum anúncio: "Tenho informações de que há estudos, nas diferentes áreas econômicas, incluindo a questão da política salarial. Posso afirmar que o Presidente não antecipou sua posição para ninguém, nenhum ministro ou assessor da casa, por isso não sei como ele responderá a uma indagação sobre o assunto", acentuou Frota Neto.

Ontem pela manhã, a Secretaria de Imprensa da Presidência da República preparava o auditório onde será concedida a entrevista. Será nos mesmos moldes da anterior, concedida dia 17 de junho passado. Se houver alguma mudança — ainda por ser definida — será no cenário de fundo. O branco poderá dar lugar a uma grande bandeira nacional.



Lyra vê força do movimento

Planalto age contra ato, afirma Lyra

Recife — O deputado e ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, (PMDB-PE) acusou ontem o presidente José Sarney de tentar esvaziar o "feito político" do comício pelas diretas que será realizado hoje à noite em Caruaru (a 130 quilômetros capital), ao marcar para a mesma data uma entrevista coletiva aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto.

"Isso prova a força do nosso movimento" — disse Lyra, para quem, apesar da coletiva de Sarney, o comício das diretas "será o acontecimento político mais importante dos últimos tempos depois da convenção do PMDB, que frustrou aqueles que imaginaram que o partido iria se reunir para decidir alguma coisa". Para o ex-ministro da Justiça, o mais importante nessa campanha é que ela está conseguindo reunir um mesmo planaque todas as forças políticas comprometidas com as mudanças, e que não se reuniam há muito tempo. Daí, segundo ele, a presença de vários líderes de expressão nacional, tais como os senadores Mário Covas e Afonso Camargo, o ex-governador Leonel Brizola e o deputado e presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva.

Brizola não tem nomes à Presidência

Recife — Ao defender a substituição urgente do Presidente Sarney através de eleições diretas, o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola afirmou, ontem, que é chegada a hora de o povo brasileiro "questionar as elites incompetentes que estão no poder e acabar de vez com a cumplicidade que impera no País, que protege um conjunto de forças que se mantém governando apenas pelos seus interesses, pelos seus empregos, por sua conveniência".

Ao ser questionado sobre o nome ideal para substituir o presidente Sarney ele admitiu que se considerava preparado para o cargo: "Do ponto de vista pessoal, me acho capacitado a ser presidente e estou pronto para entrar no concurso pois ninguém como eu fez vestibular para esse cargo, desde que voltei do exílio". Mas considerou cedo para definir a sua ou outra candidatura qualquer, lembrando que o mais importante, agora, é conseguir fixar a data das eleições diretas.

Depois de dizer que para ele o sentido dessa campanha tem o mesmo da anterior, Brizola afirmou que depois da morte de Tancredo e do Governo que vem sendo feito por José Sarney, "o povo perdeu a esperança porque o presidente está apegado ao cargo, o que desgosta o povo brasileiro".